



Câmaras dos Açores estão todas a pagar a menos de 90 dias

Autarquias açorianas tiveram em 2014 o melhor desempenho nacional no pagamento a fornecedores, revela o Anuário Financeiro

RUI JORGE CABRAL
rcabral@acorianoriental.pt

No ano passado, nenhuma câmara municipal dos Açores pagou aos seus fornecedores num prazo superior a 90 dias, sendo a primeira vez que isso acontece desde 2008. Isto enquanto a nível nacional havia ainda no ano passado 68 câmaras a pagar acima dos 90 dias e 93 câmaras a pagar entre 30 e 90 dias.

Nos Açores, só três câmaras municipais pagaram entre 30 a 90 dias e as restantes 16 pagaram a menos de 30 dias, um número que duplicou face às oito câmaras de 2013. No continente ainda há câmaras, embora cada vez menos, a levar anos a pagar aos fornecedores havendo mesmo uma câmara - a do Portimão, no Algarve - com um prazo de pagamento a fornecedores superior a 10 anos. Povoação e Praia da Vitória, ambas com 53 dias, foram as câmaras que mais tempo levaram a pagar aos fornecedores nos Açores em 2014, enquanto que graças ao recurso ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), quer a Câmara da Ribeira Grande, quer a do Nordeste, passaram em três anos de prazos acima dos 200 dias para prazos abaixo dos 10 dias.

Estes números constam do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses de 2014, uma publicação da Ordem dos Contabilistas Certificados que ontem foi apresentada em Ponta Delgada durante a conferência "A Política, os Políticos e a Gestão dos Dinheiros Públicos" e da qual a Rádio Açores/TSF foi parceira.

No geral, revela o Anuário, a receita global dos 19 municípios dos



João Carvalho é coordenador do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses

Açores caiu 5 milhões de euros no ano passado, de 180,4 milhões em 2013 para 175,4 milhões em 2014.

A dependência das câmaras municipais açorianas das transferências do Estado é de 68% face ao total da receita, enquanto que os impostos e taxas pesam apenas 19%, um panorama que é idêntico ao dos pequenos municípios

continentais. Isto apesar de impostos como o IMI terem registado um grande aumento desde 2012, com reflexo nas receitas camarárias. Continua também a haver uma tendência para orçamentos inflacionados, embora essa realidade tenha diminuído bastante nos últimos três anos.

Mesmo assim, nos 19 municípios



Domingues de Azevedo é o bastonário da Ordem dos Contabilistas Certificados

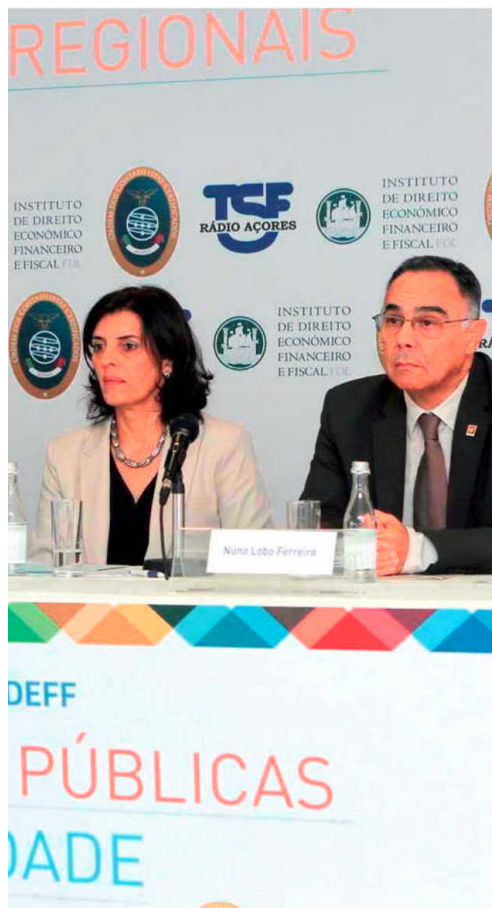
açorianos ficaram por pagar 14 milhões de euros em 2014, na comparação entre os compromissos assumidos pelas câmaras e os pagamentos que até ao fim do ano foram efetivamente realizados. A situação açoriana é, ainda assim, bastante melhor que a do continente, onde ficaram no ano passado mais de mil milhões de euros por pagar entre compromissos assumidos e pagamentos efetuados, havendo mesmo câmaras continentais que cobraram apenas cerca de um quarto da receita que previam inicialmente no seu orçamento e com base na qual assumiram os seus compromissos.

Nesse aspeto, Ribeira Grande e Nordeste estão entre os municípios nacionais com melhor execução da sua receita, arrecadando mesmo mais do que tinham previsto no orçamento de 2014. No ano passado, a dívida global dos municípios açorianos era de 166 milhões de euros, mesmo assim menos 10 milhões face aos 176 milhões de 2013. Vila Franca do Campo e Nordeste estavam, contudo, em segundo e terceiro lugar a nível nacional, respetivamente, no ranking dos municípios mais endividados face à sua receita, ambos excedendo em mais de 400 por cento a aquele que seria o limite legal da sua dívida, ou seja, o da dívida ser no máximo de 1,5 vezes superior à receita média dos últimos três anos.

No Setor Empresarial Local, a dívida das empresas municipais dos Açores era no ano passado de 90,7 milhões de euros, representando 35 por cento do total da dívidas das câmaras municipais, quando no continente, a percentagem das empresas municipais na dívida total é de apenas 16 por cento. Uma percentagem que, nos Açores e num contexto de apenas 19 municípios estará também em parte inflacionada pelas situações de Vila Franca e Nordeste, que acumularam dívidas face às receitas muito acima da média nacional e concentradas nas suas empresas municipais.

Em declarações aos jornalistas, o coordenador do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, João Carvalho, lembrou como em Anuários anteriores "os aspetos negativos eram bem superiores aos aspetos positivos, enquanto que neste momento predominam os aspetos positivos como a diminuição da dívida global e do prazo médio de pagamentos a fornecedores".

Sobre os municípios açorianos, admitiu que estão, no global, "um pouco melhores que o global dos municípios nacionais", salientando o prazo médio de pagamentos que considerou mesmo "excelente", junto com uma dívida global que considerou também não ser "relevante". Como aspeto negativo, salientou a dívida do Setor Empresarial Local. *



Presidente da AMISM, Ricardo Rodrigues, criticou República



Conferência decorreu no Hotel Royal Garden



Autarcas da Ribeira Grande, Nordeste e Angra debateram relação com eleitores

Câmaras deveriam ser ouvidas no orçamento regional

O presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande, Alexandre Gaudêncio, criticou ontem que o orçamento regional seja feito sem que as câmaras municipais sejam ouvidas individualmente quanto às suas orientações e à influência que o orçamento poderá ter nos seus concelhos.

Alexandre Gaudêncio falava durante um debate na conferência "A Política, os Políticos e a Gestão dos Dinheiros Públicos", que ontem decorreu em Ponta Delgada organizada pela Ordem dos Contabilistas Certificados e da qual a Rádio Açores/TSF foi parceira. Alexandre Gaudêncio lembrou também o processo de redução do passivo que a Ribeira Grande tem empreendido nos últimos dois anos, o que coloca o município neste momento a metade da sua capacidade de endividamento, o que abre boas perspectivas de aproveitamento do novo Quadro Comunitário. No mesmo debate, o presidente da

Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, Álamo Meneses, lamentou, por seu lado, a perda de autonomia das autarquias face a um enquadramento legislativo do Estado cada vez mais restritivo e que muitas vezes não tem em conta as especificidades dos municípios, prejudicando-os.

Álamo Meneses reconheceu o efeito positivo que a crise teve no maior realismo e equilíbrio orçamental das autarquias, lamentando, contudo, que este ajustamento tenha sido feito de uma forma muito abrupta, usando mesmo a metáfora de 'não exagerar na dose do medicamento'.

Por fim, Carlos Mendonça, presidente da Câmara Municipal do Nordeste, salientou os benefícios da proximidade das autarquias com os cidadãos, dando vários exemplos de como a sua autarquia tem desenvolvido políticas para ir ao encontro das pessoas, do orçamento participativo às presidências abertas. ♦ RJC

Críticas ao Governo da República

O presidente da Associação de Municípios da Ilha de São Miguel (AMISM), Ricardo Rodrigues criticou ontem as políticas do Governo da República em relação às câmaras municipais, reduzindo as transferências e fazendo recair sobre os cidadãos a responsabilidade de compensar financeiramente as autarquias, através do aumento das taxas e impostos municipais.

Ricardo Rodrigues falava na conferência "A Política, os Polí-

cos e a Gestão dos Dinheiros Públicos", que ontem decorreu em Ponta Delgada organizada pela Ordem dos Contabilistas Certificados e da qual a Rádio Açores/TSF foi parceira.

Dando o exemplo do município que dirige, Vila Franca do Campo, Ricardo Rodrigues apontou até contradições legislativas que o obrigavam, por um lado, a fechar as empresas municipais, mas o impediam, por outro, de interna-

lizar os seus passivos na câmara, por estes ultrapassarem os limites legais de endividamento.

Também o bastonário da Ordem dos Contabilistas Certificados, Domingues de Azevedo, criticou a forma como o Governo da República altera impostos e taxas municipais, sem perguntar antes às câmaras se elas podem suportar financeiramente essas alterações. ♦ RJC